

Credores devem exigir US\$ 2 bilhões

US\$ 1 bilhão” derivado de “capacidade adicional de pagamento não incluída nas projeções correntes de recursos de fontes externas”. Mas o Brasil quer pagar dívida, não juros de dívida.

PRESSÃO

Como, de qualquer forma, o governo já mostrou o dinheiro, a estratégia mais provável dos bancos, nas próximas semanas, será a de pressionar para que o Brasil o aplique no pagamento dos juros e não no resgate dos títulos de capitalização de 45, 25 e 15 anos, que propôs para o reescalonamento da dívida. Nesse ponto, o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, constatará que o Fundo Monetário Internacional e as autoridades financeiras americanas têm posições próximas às dos bancos, quando chegar a Washington, amanhã, para tentar apagar a má impressão deixada pela oferta brasileira.

Eris não estará ouvindo nenhuma novidade. Em meados de setembro quando esteve em Washington para fechar o acordo com o Fundo, o presidente do Banco Central retornou a Brasília sabendo que o Brasil teria de fazer um gesto concreto na área do pagamento de juros para garantir o apoio da insti-

tuição. Não por acaso, ao anunciar a carta de intenção, na semana seguinte, a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, tentou contentar o FMI anunciando um mal explicado provisionamento de uma parte das reservas do País para pagamentos futuros aos credores. Não foi uma boa idéia, pois deu aos bancos o pretexto que eles precisavam para denunciar publicamente que o Brasil tinha dinheiro mas não queria pagar, e mobilizar o apoio político necessário para bloquear o acordo do Brasil com o FMI.

A idéia do provisionamento foi formalmente abandonada. Mas sua essência está visível no cálculo de capacidade de pagamento que o governo projetou na proposta aos bancos e, por isso, deverá continuar a produzir os mesmos efeitos adversos.

RECOMPRA

Embora estejam pressionados pelo calendário para chegar a um acordo até o final do ano, que lhes permita melhorar os desastrosos resultados previstos para 1990, os banqueiros simplesmente não acreditam que o governo Collor esteja interessado em negociar. Para eles, a oferta brasileira confirmou, ao contrário, que a posição inicial do

Brasil de negociar “sem pressa” com os bancos não mudou.

Na semana passada, um executivo de um banco americano que atua com grande desenvoltura no mercado secundário de papéis confessou que até entende a posição do Brasil. Depois de comentar a operação de recompra de US\$ 600 milhões de dívida que a Petrobrás realizou por um quarto do preço, há duas semanas, certamente com o conhecimento e beneplácito do Banco Central, o banqueiro disse: “Se eu fosse Collor, esticaria essa negociação até onde pudesse e iria recomprando essa dívida aos poucos. Um mês punha a Petrobrás em ação, no mês seguinte mobilizava a Vale, depois pedia ao governo do Paraguai, e assim por diante”. Ao preço atual, a dívida do setor público podia ser recomprada, em um par de anos, por aproximadamente US\$ 12 bilhões.

Se essa for a estratégia brasileira, uma coisa que o País não pode fazer é pagar juros, porque isso valorizaria os papéis da dívida no mercado secundário. E esse é o único ponto absolutamente claro da proposta feita aos bancos na semana passada: o governo ofereceu pagar zero de juros.